

Bancos credores recebem os termos da negociação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os bancos credores do Brasil começaram a receber ontem um documento de 50 páginas, com os termos da renegociação da dívida externa acertados no final do mês passado entre o Banco Central e o comitê assessor desses mesmos bancos, em Nova York. O documento, denominado "Plano de Financiamento", diz que os US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida brasileira, vencidos em 1985, poderão ser reemprestados ao setor público e privado entre agosto próximo e julho de 1986. Já em relação aos US\$ 9,6 bilhões que vencem este ano, serão depositados numa conta bloqueada, no Banco Central, à disposição dos seus titulares (os bancos estrangeiros).

O documento informa ainda que as negociações referentes a 1986 serão reabertas no final do ano, enquanto, em um telex, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, comunica ao FMI e à comunidade financeira internacional que em breve o Brasil encaminhará um documento explicando a reforma financeira no País com a extinção da correção monetária e a troca do cruzeiro pelo cruzado. O ministro do Planejamento, João Sayad, e o presidente do BC, Fernão Bracher, darão essas explicações aos banqueiros no próximo dia 25, no Teatro Nacional de San José, da Costa Rica (onde se realiza a 17.ª Assembleia do BID). Mas "os bancos preferem receber as explicações também por escrito", disse um categorizado funcionário do BC.

EMPRÉSTIMO

No documento — que está sendo encaminhado aos bancos pelo comitê assessor — O Banco Central informa sobre as taxas de juros que vigorarão sobre a renegociação (1,125% para a dívida do setor público e 1,25% para o do setor privado). Estão estabelecidas também as condições do reemprestimo (no País) destes recursos. Os setores governamentais (Estados, municípios, suas empresas, a União e suas companhias) somente terão acesso ao limite de sua dívida, rolada em 1985, desde que tenham efetivado os pagamentos normais, em cruzeiros, ao BC. Rigorosamente, o setor público poderá tomar US\$ 4,9 bilhões de reemprestimo, mas o BC não sabe se este limite será possível, já que muitas empresas estatais tiveram suas amortizações honradas pelo Tesouro.

O setor privado poderá sacar US\$ 1,2 bilhão de reemprestimos, desde que os bancos estrangeiros não selezionem muito as empresas, "como normalmente ocorre", disse uma fonte do BC. Entretanto, este esboçado no documento que o governo brasileiro se reserva estabelecer limites — em pronto entendimento com os bancos — destes reemprestimos, em virtude da política monetária interna. Mas o BC abre a possibilidade de o setor privado poder sacar além de US\$ 1,2 bilhão, desde que haja demanda e disposição dos banqueiros em financiá-lo. Estão proibidas as comissões extras, o que chegou a acontecer no passado.